

Hipótese de acelerar desvalorização é descartada

No Senado, ministro afirma também que não haverá restrições extras a entrada e saída de capitais externos

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI
e SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, rejeitou ontem a possibilidade de que o governo venha a acelerar o ritmo da desvalorização cambial ou decida adotar restrições à entrada e saída de capitais externos. Essas foram duas das medidas sugeridas por alguns senadores ontem, durante o primeiro debate no Congresso sobre o programa de ajuste fiscal anunciado na quarta-feira pelo governo. “Não vamos mudar o regime cambial e somos contra um ajuste mais acelerado do câmbio”, afirmou o ministro.

Malan, que na terça-feira deverá voltar ao Congresso para explicar o pacote de ajuste fiscal na Câmara, lembrou que este ano o real será desvalorizado entre 7% e 7,5%, frente a uma inflação de 1,5%. Ele enfatizou mais uma vez que seria desaconselhável mexer no câmbio, principalmente em momentos de turbulência como os vividos atualmente, em decorrência da crise financeira internacional.

“Não existe país em desenvolvimento que tenha feito uma correção controlada do câmbio de uma só vez”, argumentou o ministro. Ele lembrou que a Rússia desvalorizou em 1,5% a sua moeda (o rublo) frente ao dólar e o mercado ampliou essa mudança para 20%. “Além disso, desvalorizar seria o mesmo que reduzir o salário real dos trabalhadores”, completou, ao responder a uma pergunta do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que cobrou um ritmo mais acelerado na desvalorização cambial.

Curto prazo – A hipótese de adotar medidas de restrição ao fluxo de capitais externos também está descartada, de acordo com Malan. “Já existem medidas como o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na entrada dos recursos e em determinadas ocasiões, dependendo das necessidades de reservas, podemos mexer para aumentar ou reduzir esse tributo”, explicou o ministro, em resposta a uma questão do senador Esperidião Amin (PPB-SC), eleito governador de Santa Catarina. “Até quando o Brasil vai continuar à mercê dos capitais de motéis?”, perguntara Amin, referindo-se aos investimentos estrangeiros de curto prazo aplicados no País por causa das altas taxas de juros.

Na sessão de ontem, a que estiveram presentes 58 dos 81 senadores, o ministro não quis assumir um prazo para a queda dos juros, embora o Plano de Estabilização Fiscal preveja nesse item uma trajetória declinante – no ano que vem a taxa média seria de 21,89%. “Em breve os juros cairão, mas para isso é fundamental que avancemos nas mudanças estruturais, principalmente na reforma da Previdência”, ressaltou Malan ao responder ao apelo do senador Pedro Piva (PSDB-SP) para redução imediata das atuais taxas.

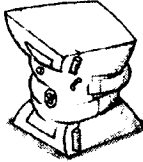
A questão dos juros elevados e o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foram os pontos da política econômica mais destacados no debate de ontem no Senado. “A CPMF não é um bom imposto. Só vejo sentido na CPMF com alíquotas muito mais baixas do que as atuais”, declarou Malan. O aumento da alíquota da contribuição – de 0,20% para 0,38% em 1999 e

0,30% em 2000 e 2001 – é a principal medida de aumento de receitas para o ajuste fiscal de R\$ 28 bilhões que o governo federal pretende fazer no ano que vem.

Reforma – De acordo com Malan, no projeto de reforma tributária que deverá ser encaminhado ao Congresso até o fim de novembro, essa e as demais contribuições sociais serão repensadas. No pacote anunciado quarta-feira, o governo também está propondo a elevação da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de 2% para 3% do faturamento das empresas.

Ao mesmo tempo que foi cobrado pelos juros altos e pelo aprofundamento da recessão econômica em 1999, Malan recebeu sinais de apoio à aprovação das medidas de ajuste fiscal. Nesse sentido manifestaram-se Amin e o presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, Jáder Barbalho (PA).

Na sessão, os senadores demonstraram preocupação com a eficácia do ajuste fiscal proposta pelo governo. Apesar disso, concordaram com a necessidade da aprovação das medidas – consideradas fundamentais para recuperar a credibilidade perante os investidores externos e estancar a saída de recursos do País.



SEM PRAZO
DEFINIDO
PARA QUEDA
DE TAXAS